

## DECRETO N.º 106/2025

### **“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 58 §§ 1º E 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1989/2005 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) COM OBSERVÂNCIA À EXCLUSÃO DA COBRANÇA REFERENTE À PROTEÇÃO DE LAJE NA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU”**

**O Prefeito Municipal de Iúna, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e**

**Considerando** que a base de cálculo do Imposto Territorial Predial Urbano é o valor venal do imóvel;

**Considerando** que a simples existência de cobertura não caracteriza área construída para fins de tributação, quando ausente qualquer aproveitamento útil da estrutura;

**Considerando** que a tributação pelo IPTU deve observar a efetiva utilização da área construída, não se admitindo presunção de uso apenas pela existência de estrutura física;

**Considerando** a necessidade de regulamentação com disposições claras quanto a aplicação do artigo 58 §§1º e 2º do Código Tributário Municipal – CTM no que tange a proteção de laje;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Para fins deste Decreto, considera-se proteção de laje o revestimento ou cobertura destinada à preservação estrutural da edificação, não caracterizando acréscimo de área construída ou serviço tributável isolado.

**Art. 2º** Fica excluída da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU a cobrança relativa à proteção de laje, considerada como elemento estrutural de cobertura para proteção contra intempéries, sem finalidade de uso como área construída.

**§ 1º** A proteção de laje será considerada aquela construída utilizando material metálico, telha de amianto ou similares.

**§ 2º** Quando a estrutura descrita no caput possuir elementos que possibilitem o uso

funcional, conforme art. 4º deste decreto, deixará de ser considerada mera proteção de laje para fins de exclusão da base de cálculo.

**Art. 3º** Os postos de serviço de que trata o § 2º do art. 58 da Lei nº 1989/2005 compreende estruturas físicas utilizadas como proteção em estabelecimentos comerciais ou operacionais, em área aberta, tais como: postos de combustíveis lava-jatos, borracharias, oficinas mecânicas, estacionamentos, garagens e similares.

**Art. 4º** Nos termos do § 1º do art. 58, será considerado terraço toda cobertura de material metálico, laje, telha de amianto ou semelhante, que possibilite o uso funcional de serviço de lavanderia e/ou área gourmet (lazer) ou, ainda, que possua 2 (dois) dos elementos abaixo:

- a) **Fechamento lateral com ou sem acabamento;**
- b) **Piso acabado com revestimento;**
- c) **Acesso funcional seguro (escada e porta);**
- d) **Janelas ou básculas.**
- e) **Divisórias, esquadrias ou mobiliários.**

**Art. 5º** A exclusão prevista no art. 2º deste decreto aplica-se aos lançamentos efetuados a partir do exercício fiscal de 2022.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iúna, aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco (28/11/2025).

**ROMÁRIO BATISTA VIEIRA**  
Prefeito Municipal

Publicado no saguão de entrada da  
Prefeitura Municipal de Iúna - ES,  
às 17:00 horas do dia 28/11/2025.

**Raphael José Vieira de Amorim**  
Secretário Municipal de  
Gabinete e Comunicação